

**MENSAGEM****Considerações Iniciais**

A proposta de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2006 foi elaborada de modo a atender às determinações legais vigentes, em especial à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Orgânica do Município de São Paulo e a Lei 14.036, de 25 de julho de 2005 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. Encontra-se, ainda, em consonância com a proposta de Plano Plurianual que encaminha-se concomitantemente para esta Egrégia Casa Legislativa.

Dessa maneira, o Orçamento proposto compreende a administração direta e a indireta, bem como o orçamento de investimento das empresas, nas quais o Município detém a maioria do capital acionário com direito a voto.

A estrutura da proposta orçamentária segue as normas técnicas federais que regulam a matéria e permitem sua consolidação em âmbito nacional, particularmente a Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e a Portaria Interministerial nº 163, 4 de maio de 2001.

Os programas e ações que integram a proposta orçamentária estão compatíveis com os instrumentos de planejamento do Município, em especial com o Plano Diretor Estratégico e com o Projeto de Lei do Plano Plurianual, encaminhado simultaneamente com este Projeto de Lei.

Na definição das despesas a serem incluídas no orçamento, foram adotados alguns critérios, dentre os quais, destacam-se:

- a) cumprimento da legislação aplicável;
- b) responsabilidade fiscal;
- c) equilíbrio orçamentário;
- d) prioridade à manutenção dos serviços prestados à comunidade e aos investimentos que os ampliem e melhorem a qualidade dos mesmos;
- e) prioridade à recuperação de equipamentos públicos e para a manutenção do patrimônio público;
- f) assegurar recursos para a continuidade de projetos e obras já iniciados.

A elaboração da proposta orçamentária norteou-se pelos princípios de justiça social, transparência e controle social, tendo sido realizadas cinco audiências públicas regionalizadas, com o objetivo de garantir ampla participação popular ao processo orçamentário. Além disso, procedeu-se à revisão dos programas constantes da proposta orçamentária, retirando-se, sempre que cabível, efeitos publicitários destas denominações, a fim de se permitir melhor compreensão do orçamento aos cidadãos paulistanos, a partir da identificação mais precisa do gasto público.

Ainda no que tange à estrutura da proposta orçamentária, é imprescindível a observação de que houve substancial avanço na separação entre atividades e projetos, de modo a melhor diferenciar gastos com custeios (manutenção de atividades governamentais) daqueles gastos de investimento. Por fim, ressalte-se a continuidade do processo de reestruturação das dotações referentes às atividades, que passaram a abrigar um conjunto mais amplo de despesas. Do mesmo modo, aprofundou-se o processo de diminuição da quantidade de unidades orçamentárias, a fim de conferir maior eficiência ao gasto e propiciar uma comparação adequada de custos de funcionamento das diversas unidades.

É de fundamental importância que se deixe claro, desde logo, que tais alterações da estrutura orçamentária ocorrem sem qualquer prejuízo da transparência e da informação, posto que, no processo de execução orçamentária será possível acompanhar-se o detalhamento da despesa, tal qual nos moldes atuais.

**Proposta Orçamentária, por Órgãos**

Em 2006, o orçamento da Prefeitura do Município de São Paulo será de R\$ 16,7 bilhões. Este valor supera em 10% os recursos orçados em 2005. A distribuição destes recursos entre os órgãos da administração direta sofreu alterações em relação aos orçamentos dos anos anteriores. Estas mudanças refletem uma série de medidas adotadas na atual gestão quanto à reorganização dos serviços prestados e à reestruturação dos órgãos da administração.

O volume de recursos orçado para as atividades da Câmara Municipal em 2006 é de R\$ 267,6 milhões. Este número representa um incremento de 2,71% em relação ao orçamento de 2005. Concomitante com a redução de despesas com pessoal, o Poder Legislativo Municipal prevê para 2006 aumento de suas atividades legislativas.

Reduções com o volume de recursos destinados ao pagamento de aposentadorias, devido às alterações na legislação previdenciária, afetaram o orçamento do Tribunal de Contas do Município. Em 2006, o orçamento do Tribunal será de R\$ 91,7 milhões, aproximadamente 10% menor que o orçamento de 2005. Quando comparado ao volume de recursos empenhados em 2004, o orçamento do Tribunal de Contas se manteve praticamente estável. O pagamento destas aposentadorias já está a cargo do IPREM – Instituto de Previdência Municipal.

Os números do orçamento de 2006 refletem as reestruturações em curso na organização das atividades de prestação de serviços públicos da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Os recursos destinados à Secretaria Municipal de Gestão Pública, à Secretaria de Governo Municipal e à Secretaria Municipal de Planejamento, consideradas secretarias-meio, sofreram alterações significativas em relação ao orçamento do ano anterior.

A Secretaria Municipal de Gestão passou de um orçamento de R\$ 32 milhões em 2005 para R\$ 531 milhões em 2006. Este incremento se deve, principalmente, à incorporação de uma série de atividades. Sob sua responsabilidade, estão a distribuição da merenda escolar e do leve-leite, a prestação de serviços através do telefone 156, a gestão do patrimônio imobiliário da Prefeitura, além da incorporação da PRODAM – Companhia de Processamento de Dados do Município.

A Secretaria de Governo Municipal também sofreu alterações importantes quanto aos serviços por ela prestados. A Guarda Civil Metropolitana foi incorporada a esta secretaria, através da Coordenação de Segurança Urbana. Isso se reflete no incremento de 130% em relação ao orçamento do ano anterior. A remuneração de pessoal e o pagamento de auxílios foram os maiores responsáveis pelo aumento dos recursos destinados à Secretaria de Governo, justamente refletindo a transferência da Guarda Municipal.

A Secretaria Municipal de Planejamento sofreu mudanças no orçamento de 2006, em relação ao ano anterior. Estas alterações refletem a sua reorganização e reestruturação das atividades por ela desempenhadas. Em 2006, o orçamento da secretaria é de R\$ 160 milhões, muito acima dos R\$ 16 milhões de 2005. A secretaria, na atual gestão, assume a responsabilidade pelo planejamento orçamentário e pelo acompanhamento da execução dos orçamentos aprovados. Além de novas atividades atribuídas à secretaria, aportam no orçamento de 2006 parte dos recursos oriundos das operações de crédito destinados aos projetos de revitalização do centro histórico de São Paulo. Em 2006, cerca de R\$ 99 milhões, oriundos de operações de crédito estão alocados na Secretaria Municipal de Planejamento.

Finanças é outra secretaria que passa por uma reestruturação de suas atividades. Ações com objetivo de melhorar a eficiência na cobrança dos tributos resultaram um significativo aumento dos custos, particularmente com os Correios. Para 2006, estão previstas campanhas publicitárias orientando a população da cidade quanto às formas de pagamento de tributos. De 2005 para 2006, o orçamento da Secretaria de Finanças passou de R\$ 137 milhões para R\$ 215 milhões, respectivamente. Também impacta o orçamento da Secretaria de Finanças, assim como os da Secretaria de Gestão, a nova forma de apropriação dos custos de informática.

A Secretaria Municipal de Comunicação prevê, para 2006, redução dos gastos com publicidade. Comparativamente com os valores empenhados neste órgão em 2004, apresenta-se uma diminuição de cerca de R\$ 27 milhões.

A Saúde, área prioritária na gestão atual, contará em 2006 com R\$ 3,03 bilhões. Este valor incorpora um percentual de 17% das receitas resultantes de impostos, valor superior aos 15% exigidos pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000. Deve-se destacar que no orçamento da Secretaria de Saúde estão alocadas despesas antes realizadas através das 31 Coordenadorias de Saúde, que foram reduzidas a 5 coordenadorias, a fim de facilitar a gestão administrativa e não reproduzir estruturas burocráticas, como a de administração de pessoal. O orçamento da Saúde conta ainda com recursos advindos de parcerias com o Governo do Estado de São Paulo, particularmente, na construção dos hospitais M'Boi Mirim e Cidade Tiradentes e na operação das Unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMA).

A Secretaria da Educação, assim como a Secretaria de Saúde, reduziu o número de Coordenadorias de Educação de 31 para 13 coordenadorias,

Orçamento Anual	Empenhado 2003	Empenhado 2004	Orçado 2005	Orçado 2006
	R\$ 11.511.392,4	R\$ 13.243.969,2	R\$ 15.200.000,0	R\$ 16.733.928,2
Varição Anual	Varição 2004/2003	Varição 2005/2004	Varição 2006/2005	
	15%	15%	10%	